

NOTÍCIAS

305 | Junho 2024 | Jornal mensal

A partir de 01/01/2019 esta publicação destina-se a envio exclusivo por correio eletrónico

CONFEDERAÇÕES QUEREM Reintegração das DRA no Ministério da Agricultura



As quatro Confederações da Agricultura Portuguesa subscreveram uma carta conjunta ao ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, e ao ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, onde apelam ao Governo para que avance com a reversão da transferência e partilha de atribuições das Direções Regionais de Agricultura (DRA) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Divulgamos a missiva de 18 de Junho, assinada pelas quatro Confederações: CAP, CONFAGRI, CNA e AJAP.

Exmos. Senhores Ministros,
A 23 de Novembro de 2022 as Confederações abaixo assinadas apelaram, unanimemente, ao então Governo em funções para que revogasse no mais curto prazo possível a resolução do Conselho de Ministros de 17 de novembro, que determinara então o processo de transferência e partilha de atribuições das Direções Regionais de Agricultura (DRA) para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Passado um ano e sete meses, nos quais em muitas situações se confirmaram os piores

receios dos agricultores, e em que se assistiu, não a uma fusão, mas a uma extinção de organismos, é facto que após a mudança do Governo com as eleições de Março do corrente ano, não houve ainda qualquer alteração à situação da transferência das competências das DRA para as CCDR que tinha sido imposta pelo anterior Governo. As quatro Confederações da Agricultura portuguesa - AJAP, CAP, CNA e CONFAGRI - apelam, por isso, a que o Governo tome a iniciativa política necessária à reversão daquela decisão e proceda à reintegração das Direções Regionais de Agricultura no respetivo Ministério, de forma a que estas fiquem na directa dependência do Ministro da Agricultura e Pescas, permitindo assim uma verdadeira política de proximidade da Tutela com as populações rurais. Essa foi, de resto, uma promessa que o Primeiro-Ministro publicamente assumiu na campanha eleitoral. Esta medida, acompanhada por outras que garantam um Ministério da Agricultura que tenha em conta as necessidades dos agricultores, dos produtores florestais e do País, é também uma exigência do sector para a defesa da agricultura e dos agricultores nacionais;

para uma eficiente aplicação do PEPAC; e por um Ministério da Agricultura dotado dos recursos humanos, técnicos e organizacionais que lhe permitam executar uma política agrícola, florestal e agroalimentar que vá de encontro às necessidades dos agricultores e dos produtores florestais e que cumpra dentro dos prazos fixados as apertadas regras da Política Agrícola Comum da União Europeia. Tal não é possível sem uma presença directa no terreno que, pela sua proximidade, tenha capacidade para apoiar os agricultores, os produtores florestais e as suas organizações na implementação da política definida e que responda com a necessária celeridade às exigências que hoje comportam a actividade agrícola e florestal. Aquilo a que assistimos atualmente é um crescente abandono dos agricultores e produtores florestais e das suas organizações e a uma incapacidade do Ministério para fazer cumprir no terreno a Política Agrícola Comum. A revogação do normativo em vigor não pode tardar mais. Disso depende o sustento do crescente desfasamento entre a política agrícola, por um lado, e a realidade no terreno e a boa execução dos fundos disponíveis para o sector, por outro, possibilitando assim um desenvolvimento equilibrado de todo o território Nacional no que a esta matéria diz respeito. Esperando, Senhores Ministros, que esta nossa comunicação receba a melhor atenção por parte de V.Exas., antecipadamente gratos, aguardamos uma resposta e enviamos os nossos Melhores Cumprimentos,

As Confederações:

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e Crédito Agrícola de Portugal
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

Índice

- Luís Pais Antunes presidente do CES
- Ministério muda-se para Campus XXI
- Jorge Bacelar vence grande prémio de fotografia
- Intempéries nos Açores
- Parlamento Europeu 2024-2029
- 7º Congresso Nacional do Azeite
- Hungria assume presidência rotativa UE
- Contratos de eletricidade sazonais
- FNA24 encerra com notoriedade
- Stand da CAP dinamiza associativismo
- Portugal Sou Eu | Aderentes participam novamente na Feira Nacional de Agricultura

& dito & escrito

“Sobre as Direções Regionais de Agricultura, eu só posso dizer o Ministério que está na sua origem. Agora, será uma decisão do Governo, não minha. Se fosse uma decisão minha, eu sei bem qual é que tomava.”

José Manuel Fernandes
Ministro da Agricultura e Pescas
Vida Económica, 05/07/2024

“Leiam os meus lábios: não vai haver eleições antecipadas.”

Manuel Castro Almeida
Ministro Adjunto e da Coesão
Expresso, 05/07/2024

“Deram-nos um mandato claro [ao Partido Trabalhista], e vamos usá-lo para fazer a mudança. Para restaurar o serviço e o respeito pela política. Acabar com a era do desempenho ruidoso. Pisar com mais leveza as vossas vidas. E unir o nosso país.”

Keir Starmer
Primeiro-ministro britânico
Público, 05/07/2024

“O Presidente Emmanuel Macron pediu a Gabriel Attal para permanecer no cargo [de primeiro-ministro] por enquanto para assegurar a estabilidade do país [que recebe os Jogos Olímpicos a 26 de julho].”

Comunicado da Presidência Francesa
08/07/2024

“Foram vocês – os eleitores – que me nomearam, e agora queriam empurrar-me para fora da corrida? Vou dizer isto da forma mais clara possível: eu estou na corrida e vou vencer Donald Trump.”

Joe Biden
Presidente dos Estados Unidos
Comício após debate com D. Trump
27/06/2024



O Conselho Europeu de 27 de junho elegeu António Costa para Presidente do Conselho Europeu, sucedendo no cargo ao belga Charles Michel.

António Costa liderou os três Executivos socialistas que governaram Portugal entre 2015 e 2024, respetivamente os XXI, XXII, e XXIII Governos Constitucionais. Apresentou a sua demissão a 7 de novembro de

2023, interrompendo a legislatura e levando à realização de eleições legislativas antecipadas a 10 de março, as quais foram vencidas pela Aliança Democrática. Apesar de ter anunciado o seu afastamento da política nacional, António Costa irá agora liderar um dos lugares de topo da política europeia.

O Conselho Europeu aprovou ainda a nomeação da presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, para um segundo mandato e de Kaja Kallas, primeira-ministra da Estónia, para o cargo de alto representante para a Política Externa e de Segurança da União Europeia. Com estas decisões, o Conselho validou as escolhas para os cargos de topo da União Europeia no novo ciclo institucional.

FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA e CNEMA distinguidos pela Presidência e pela Câmara de Santarém



O Presidente da República agradeceu a Feira Nacional de Agricultura através da condecoração do Centro Nacional de Exposições (CNEMA) com as Insignias da Ordem do Mérito Empresarial - Classe

do Mérito Agrícola, enquanto a Câmara Municipal de Santarém lhe atribuiu a Medalha de Ouro da cidade, a mais alta condecoração do município.

Estas distinções refletem o reconhecimento da Presidência da República e da cidade de Santarém a todos os que estiveram envolvidos no evento desde 1954, o trabalho e a dedicação do Centro Nacional de Exposições na organização da maior feira agrícola do país e a valorização da agricultura portuguesa, um pilar fundamental da nossa sociedade.

CONGRESSO NACIONAL DO AZEITE

7ª edição em Valpaços



Mais de 200 de profissionais e duas dezenas de reputados oradores participaram na 7ª edição do Congresso Nacional do Azeite que se realizou em Valpaços, no distrito de Vila Real, no âmbito da Feira Nacional de Olivicultura.

Com a presença do ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, este importante fórum organizado pelo Centro de

Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo (CEPAAL) em parceria com a CAP, com a Cooperativa de Olivicultores de Valpaços e com a Câmara Municipal da cidade, permitiu a partilha de informação entre profissionais do sector, em torno de três temas propostos pela organização, de que apresentamos algumas das notas finais.

OLIVOTURISMO

Enaltecido o papel do azeite na dieta portuguesa, o olivoturismo foi reconhecido como uma oportunidade de valorização da marca Portugal, com base numa nova estrutura que envolva intervenientes públicos e privados, de modo a aumentar o conhecimento sobre património nacional olivícola, a riqueza e diversidade do azeite, a criação de rotas e a aposta num turismo de qualidade em territórios marcadamente rurais

PREÇO DO AZEITE

O elevado preço do azeite registado nos últimos meses está relacionado com o incremento significativo dos custos de produção e com o desequilíbrio entre a procura e a oferta. Apesar de se admitir a sua diminuição, os especialistas concordaram que este se deverá situar num preço justo entre os 6 a 7€/kg na produção.

Um tema sensível foi a diferença de realidade entre as regiões produtoras, como seja o caso do Alentejo - onde prevalece o olival

intensivo de regadio - e o caso de Trás-os-Montes e Beira - onde predomina o olival tradicional de montanha e de sequeiro, não irrigado e não passível de mecanização.

Foram ainda apontadas as fragilidades do olival de montanha, agudizadas pela seca dos últimos anos, que intensificaram a sua fraca ou nula rentabilidade, concluindo os presentes na urgência em decidir o que se vai fazer com este património e de que forma ele pode ser valorizado para não se extinguir.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O olival pode ter papel determinante na aceleração e garantia da neutralidade carbónica, ainda que seja difícil passar a mensagem da importância da economia circular no olival, sendo essencial que academia, associações, empresas e agricultores trabalhem em rede.

O incremento da biodiversidade nos solos, incentivos ao pastoreio, agricultura de precisão, regra controlada, e caracterização da diversidade adaptada aos recursos hídricos, foram apontados como alguns dos aspetos determinantes neste contexto.

Destacando a importância da valorização da biomassa residual e do impacto positivo da redução das emissões de carbono no aumento da eficiência da produção, concluiu-se também que a ação climática para além de ser uma questão de sustentabilidade é também uma questão de negócio, visando valorizar o olival e o azeite.

CONTRATOS DE ELETRICIDADE SAZONAIS

Regantes pedem contratos sazonais para regadio



A Federação Nacional de Regantes de Portugal (FENAREG) voltou a defender a prática de contratos sazonais para o regadio, uma medida “imprescindível para os agricultores portugueses atingirem a competitividade no mercado agrícola global, beneficiando de condições existentes em outros Estados-membros, como França e Espanha.”

Em comunicado, a Federação de Regantes deu nota do envio de um memorando para a sustentabilidade energética do regadio à ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, e ao ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes.

O texto refere que Espanha prorrogou, a 27 de junho, o prazo da medida de flexibilização temporal dos contratos de fornecimento de energia elétrica, em vigor desde 2022, a qual permite aos regantes espanhóis manterem a possibilidade de alterar a potência elétrica

contratada num prazo inferior a 12 meses. Esta é uma medida que sempre existiu em França.

Em breves traços, a FENAREG aponta a situação que ocorre em Portugal, onde a potência contratada continua a ser cobrada aos agricultores durante todo o ano, quando na realidade a atividade só ocorre durante 6 meses.

Esta limitação consta da “legislação nacional, que apenas permite uma alteração, por ano, do contrato para redução de potência, o que não se adequa às necessidades do setor”, reclamam. “É urgente encontrar solução para este custo elevado” imposto aos agricultores portugueses por “não terem acesso a uma tarifa sazonal e serem obrigados a pagar uma potência que não utilizam. Em Portugal, os preços de eletricidade são dos mais altos da Europa e mais de metade da fatura são impostos e taxas”, inibindo a necessária competitividade

no mercado agrícola global.

No memorando enviado aos dois governantes, a FENAREG sublinha cinco medidas prioritárias:

1. Contratos de eletricidade sazonais
2. Substituição das fontes de energia convencionais por renováveis
3. Programa de eficiência energética do regadio
4. Constituição de comunidades de energia nos sistemas de regadio
5. Eletricidade verde para 40% a 50% do valor fatura

A Federação de Regantes considera que a implementação destas medidas “terá um efeito mobilizador e impulsionador para que o processo de modernização dos regadios continue avançando e representaria uma mensagem clara e concreta de apoio aos agricultores.”

PARLAMENTO EUROPEU 2024-2029

Resultados eleitorais

A 9 de junho os portugueses elegeram os seus 21 representantes no novo Parlamento Europeu que agora terá 720 lugares. O Partido Socialista obteve o maior número de votos e oito eurodeputados, seguido de perto pela Aliança Democrática que, por uma diferença de cerca de 38 mil votos, elegeu sete. O Chega e a Iniciativa liberal conseguiram eleger dois eurodeputados cada, e o Bloco de Esquerda e a CDU apenas 1 mandato para cada uma destas forças políticas. Tanto o Livre como o PAN não elegeram nenhum representante. A Abstenção foi de 63,6 por cento.

OS 21 EURODEPUTADOS PORTUGUESES

PS | Marta Temido, Francisco Assis, Ana Catarina Mendes, Bruno Gonçalves, André Rodrigues, Carla Tavares, Isilda Gomes, Sérgio Gonçalves.

AD | Sebastião Bugalho, Paulo Cunha, Ana Miguel Soares, Helder Sousa e Silva, Lídia Pereira, Sérgio Humberto, Paulo Nascimento Cabral.

CH | António Tänger Correia, Tiago Moreira de Sá.

IL | João Cotrim Figueiredo, Ana Martins.

BE | Catarina Martins.

CDU | João Oliveira.

Nos resultados globais, o Partido Popular Europeu (PPE) e a Aliança dos Socialistas Democratas (S&D) continuam a ser as forças mais representadas no Parlamento Europeu, tendo eleito 188 e 136 lugares, respetivamente. Os eurodeputados agrupam-se por afinidades políticas e não por nacionalidade, constituindo grupos políticos. Para constituir um grupo político é necessário um número mínimo de 23 deputados e uma representação de, pelo menos, um quarto dos Estados-membros. Cada eurodeputado só pode pertencer a um grupo político. Aqueles que não pertencem a nenhum grupo político fazem parte do grupo dos Não Inscritos.

PE 2020-2024 GRUPOS POLÍTICOS

- PPE – Partido Popular Europeu
- S&D – Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
- Renovar a Europa (ex-Aliança dos Democratas e Liberais)
- ECR – Conservadores e Reformistas Europeus

- ID – Identidade e Democracia
- Os Verdes/Aliança Livre Europeia (Ecologistas e Centro-esquerda)
- A ESQUERDA (ex-GUE/NGL) Esquerda Unitária Europeia /Esquerda Nórdica Verde)

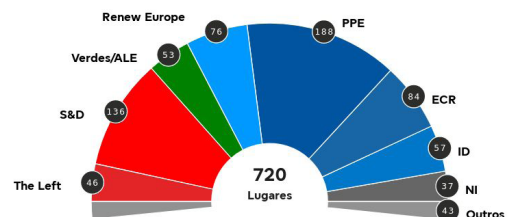
Os partidos políticos podem optar por ter o seu próprio grupo político ou formar um grupo em conjunto com representantes de outros partidos. Os grupos decidem a sua composição antes da primeira sessão plenária da nova legislatura, agendada para a segunda-feira, dia 16 de junho.

05/07/2024 - 09:31

Todas as indicações horárias correspondem a GMT+2

Parlamento Europeu 2024 - 2029

Resultados provisórios



Provisório

Composição do Parlamento Europeu baseada nos resultados nacionais finais ou provisórios disponíveis, publicados depois de concluída a votação em todos os Estados-Membros, com base na estrutura do Parlamento cessante.

Nos termos do Regimento do Parlamento, um grupo político é constituído por pelo menos 23 eurodeputados eleitos em pelo menos sete Estados-Membros.

Fonte: Verian, para o Parlamento Europeu

FNA24 ENCERRA COM NOTORIEDADE, RECONHECIMENTO E EXPECTATIVA DE DIÁLOGO

Com a presença do Presidente da República na sessão inaugural, e a promessa de regresso para uma visita mais demorada, a Feira Nacional de Agricultura de 2024 abriu as portas no dia 8 de junho aos 186 mil visitantes que por ela passaram até ao último dia certame, a 16 de junho.

Esta foi uma edição histórica a vários níveis, desde logo pela

coincidência das três datas redondas de celebração: 70 anos da Feira do Ribatejo, 60 anos da Feira Nacional de Agricultura e os 30 anos do CNEMA, que abriu ao público a 8 de junho de 1994, por ocasião da 31ª Feira Nacional de Agricultura. Após anos conturbados, a FNA 24 teve o gosto de ser visitada pelos mais altos responsáveis do país, com duas visitas do Presidente,

Marcelo Rebelo de Sousa e uma visita do Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, mas também com a presença do primeiro-ministro Luís Montenegro, na companhia do ministro da Agricultura, José Manuel Fernandes, da ministra do Ambiente e da Energia, Maria da Graça Carvalho e do Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, numa demonstração inequívoca da importância que este Executivo atribui à Agricultura.

De salientar, a presença do ministro da Agricultura na maioria dos eventos, quer contactando empresas e agentes do sector quer

participando em seminários numa atitude positiva e com uma postura inversa à que ocorreu nos últimos anos. Também os secretários de Estado da Agricultura, João Moura, Administração Local e Ordenamento do Território, Hermâni Dias, e Assuntos Fiscais, Cláudia Duarte, marcaram presença na FNA 24, assim como a Comissão de Agricultura e Pescas, constituída por deputados dos partidos com assento parlamentar. Os ex-ministros do sector: Assunção Cristas, António Serrano e Capoulas Santos também não faltaram, tal como os partidos da oposição onde tanto o secretário-

geral do PS, Pedro Nuno Santos, como o presidente da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, e o secretário-geral do PCP, Paulo Raimundo, foram unânimes em afirmar que a agricultura é uma área estratégica para o país e um sector com futuro. Esta participação sem precedentes dos altos responsáveis da nação, refletem a notoriedade do certame e a atenção dos membros do Governo, da Assembleia da República, dos Partidos e dos representantes das Confederações patronais, à agricultura, sector primordial na economia portuguesa.



CAP DINAMIZA ASSOCIATIVISMO NA FNA24. Organizações e CIRs animam stand CAP

Numa edição tão especial e comemorativa, a CAP voltou a ter um espaço institucional na Feira Nacional de Agricultura, perto do edifício do Centro de Informação Rural de Santarém e à saída da Nave A para o exterior

da Exposição.

Com a colaboração das nossas Organizações de Agricultores e a dedicação dos Centros de Informação Rural (CIR) foi possível criar um espaço convidativo à confraternização e convívio entre as diversas Organizações da CAP, e promover excelentes produtos regionais, uma vez que foi possível dedicar cada dia a uma região específica, com o apoio pessoal e logístico dos respectivos CIRs e o entusiasmo resiliente de Luís Moura, actual responsável pelo departamento associativo da Confederação. De 8 a 15 de junho, tomaram conta do espaço os CIRs de Castelo Branco, Santarém, Trás-os-Montes, Oeste, Entre Douro e Minho, Guarda, Beja, e Évora.

Em boa hora a CAP recuperou o seu ponto

de encontro na FNA num espaço que recebeu centenas de visitas e não passou despercebido a políticos e governantes, desde logo o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República, Marcelo Rebelo de Sousa e José Pedro Aguiar-Branco.

Também o primeiro-ministro, Luís Montenegro, e outros membros do XXIV Governo, como o ministro da Agricultura, o ministro da Defesa Nacional, a ministra do Ambiente, e os secretários de Estado da Agricultura, das Florestas, da Administração Local e Ordenamento do Território, e da Administração Interna puderam comprovar a dinâmica associativa da Confederação. Os membros da Comissão de Agricultura e Pescas, e os líderes dos principais partidos

políticos também apreciaram o local e o convívio, onde não foram esquecidas algumas das principais reivindicações do sector.

Após nove dias de intenso trabalho, o balanço é muito positivo e representa uma mais-valia para o associativismo e o convívio entre os associados da CAP.

Graças ao envolvimento direto e indireto de todas as Organizações de Agricultores, alcançámos os objetivos definidos para o STAND da CAP na FNA24 de promover as diversas regiões agrícolas e fortalecer a colaboração entre agricultores e as organizações associadas.

A todos a CAP presta homenagem e deixa um sincero agradecimento.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA Do Terreiro do Paço para o Campus XXI

Julho marca o início da mudança de parte do XXIV Governo para edifício sede da Caixa Geral de Depósitos (CGD), na Av. João XXI, em Lisboa, denominado Campus XXI.

Na primeira fase serão seis os ministérios

que se mudam para o centro da capital, entre eles, o Ministério da Agricultura e Pescas, que abandona o Terreiro do Paço. Com ele seguem igualmente o Ministério da Presidência (ministro António Leitão

Amaro), o Ministério da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), o Ministério das Infraestruturas e Habitação (Miguel Pinto Luz), o Ministério da Economia (Pedro Reis), o Ministério da Juventude e Modernização (Margarida Balseiro Lopes), e as duas secretarias de Estado dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim e Pedro Dias). O Governo ocupará dois pisos, com as equipas de apoio e a Secretaria-

geral instaladas em espaço aberto. Apenas ministros, secretários de Estado e chefes de gabinete terão salas individuais. A Sala do Conselho de Ministros ficará pronta mais tarde, previsivelmente em finais de julho.

Esta partilha entre Governo e Banco público decorrerá até 2026 e a CGD transferir os 2500 colaboradores para a nova sede no Parque das Nações.

UNIÃO EUROPEIA Hungria assume presidência rotativa



A Hungria preside ao Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2024, entre 1 de julho e 31 de dezembro, sucedendo à Bélgica e antecedendo a Polónia. Estado-membro desde Maio de 2004, esta é a segunda vez que a Hungria assume a presidência rotativa da UE (2011) e encerra o trio iniciado por Espanha e Bélgica antes de passar o testemunho ao próximo trio constituído pela Polónia, Dinamarca e Chipre.

Com um logótipo inspirado no Cubo de Rubik e o slogan “Fazer a Europa Grande Outra Vez” o governo liderado por Viktor Orbán anunciou os sete temas em que a Hungria irá centrar as suas prioridades:

- Melhorar a competitividade da UE;
- Reforçar a política de defesa da UE;
- Tornar a política de alargamento coerente e baseada no mérito;
- Conter a migração ilegal;
- Moldar o futuro da política de coesão;
- Promover uma política agrícola orientada para os agricultores;
- Fazer face aos desafios demográficos.

No que respeita aos desafios e reivindicações dos agricultores europeus, durante o próximo semestre, a presidência húngara “incentivará o

Conselho de Agricultura e Pesca a tirar partido do período de transição institucional e a orientar a nova Comissão na formulação das regras da política agrícola da União pós-2027, tendo em vista uma agricultura competitiva, resistente às crises e favorável aos agricultores”, sublinha o comunicado oficial.

Quanto ao futuro é “essencial encarar a agricultura não como uma causa das alterações climáticas, mas como parte da solução, envolvendo os agricultores na adoção de práticas de produção mais sustentáveis”, e como “uma garantia a longo prazo da soberania e da segurança alimentares deve fazer parte da autonomia estratégica da União Europeia”.

Sítio internet oficial: <https://hungarian-presidency.consilium.europa.eu/>

INTEMPÉRIES NOS AÇORES Destuição e prejuízos nas infraestruturas agrícolas

No início de junho, o arquipélago dos Açores foi afetado por uma situação climática anómala, com inundações e derrocadas, que provocaram grande destruição e prejuízos, a exigirem urgente reação das autoridades.

As intempéries ocorreram com particular incidência nas ilhas de São Miguel, Terceira e Pico, provocando elevados prejuízos em culturas como as do milho – a base de alimentação das vacas –, inclusivamente com perdas totais em algumas sementeiras.

Os agricultores açorianos apelaram ao rápido levantamento dos prejuízos verificados nas culturas e infraestruturas agrícolas para que

as indemnizações que vierem a ser apuradas sejam pagas com a maior brevidade possível.

Solidária com as reivindicações dos colegas dos Açores, a CAP juntou-se ao apelo e pediu a rápida intervenção do Governo Regional e do Governo da República nos apoios aos agricultores afetados, sublinhando, uma vez mais, a inexistência de um seguro de colheitas capaz de cobrir estas ocorrências.

FOTOGRAFIA DE RAÇAS DE ANIMAIS AUTÓCTONES

Jorge Bacelar vence Grande Prémio



O Júri do Concurso Fotográfico «Raças de Animais Autóctones de Portugal» avaliou 583 fotografias enviadas por 208 participantes, que aderiram à iniciativa do Polo de Inovação da Fonte Boa do INIAV - Instituto Nacional de

Investigação Agrária e Veterinária.

O Júri classificou as fotografias atribuindo valores de 1 a 5, em que 5 representava a Excelência; 4 representava o Primeiro Prémio; 3 representava o Segundo Prémio, e o 1 e 2 as Menções Honrosas, tendo em conta o previsto no Regulamento em que o mesmo participante não pode acumular mais do que uma distinção,

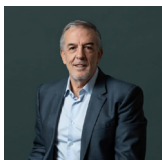
A classificação foi efetuada por Modalidade, com exceção do Grande Prémio. Para a escolha do Grande Prémio, aos pontos obtidos por cada fotografia, resultante da votação do Júri, por Modalidade, foi atribuído um fator de ponderação, dada a grande disparidade de fotografias recebidas por modalidade (206 no Bovinos e 23 nos asininos, por exemplo)

Face às pontuações obtidas, foram atribuídos diversos Prémios exibidos nos Claustros no CNEMA durante a FNA24.

As fotos estão disponíveis em www.inia.vpt/concurso-racas-autoctones

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

Luís Pais Antunes eleito presidente



O Presidente do Conselho Económico e Social (CES), Luís Pais Antunes, foi empossado pelo Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco no dia 4 de junho.

Pais Antunes sublinhou que “não há política social forte sem uma economia dinâmica que seja geradora de crescimento económico”, mas também que “não há uma política económica, saudável, sustentável e forte sem um diálogo social estruturado, sem uma participação ativa da sociedade civil, sem aquilo a que podemos chamar participação cidadã

nas diferentes associações em que está representada”. Para Luís Pais Antunes, a importância do CES advém “não apenas da dignidade constitucional, mas também do conjunto de agentes e atores que o incorporam”.

Proposto pelo PSD, Luís Pais Antunes foi eleito com 150 votos a favor, 57 brancos e 5 nulos, dos 212 deputados que votaram. Foi secretário de Estado dos governos de Durão Barroso (2002-2004) e de Santana Lopes (2004-2005) e deputado à Assembleia da República (2005-2009). Sucede a Francisco Assis (2020-2024) que regressou à política ativa, sendo actualmente eurodeputado pelo Partido Socialista.

O CES é o órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económica e social, que participa na elaboração das propostas das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social, órgão que a Confederação dos Agricultores de Portugal integra enquanto Parceiro Social representante do setor.



Aderentes participam novamente na Feira Nacional de Agricultura

O programa Portugal Sou Eu participou novamente na Feira Nacional de Agricultura com 37 empresas aderentes, do sector alimentar e de bebidas e de Unidades Produtivas Artesanais.

A 60.ª edição, que decorreu entre os dias 08 e 16 de Junho, realizou-se como sempre no Centro Nacional de Exposições, em Santarém e teve como tema a Pecuária Extensiva.

A área de showcooking foi dinamizada pela 4ª vez consecutiva pela Mercadona Portugal, acompanhada pela chef Cátia Goarmon, e a animação foi protagonizada mais uma vez pelas mascotes Tugalinda e Zé Tuga, que receberam os visitantes e figuras públicas que vieram conhecer o stand Portugal Sou Eu, entre elas, o Presidente da República Portuguesa, o Ministro da Agricultura e Pesca, a Ministra do Ambiente e Energia e alguns líderes de partidos políticos portugueses.



NAVE C (ARTESANATO)

ANPAULA, ATELIER
DONANNA, DOCES E LICORES
ARTESANAIS
ENTREOSOLLEALLUA
JM ALFREDO MARCEIRO
LICOMDA
NEKUS DA SISI
THINK OUT PORTUGAL
XPTO ARTESANATO

NAVE A (PRODUTOS)

ABELHAS E COMPANHIA
ADEGA DO MONTADO
ALQUIMIA DOS SABORES

CASA DO CHASCADA

CASA PAZIÊNCIA
COOPERATIVA AGRÍCOLA
DA TOCHA
COOPERATIVA AGRÍCOLA DE
MOURA E BARRANCOS
DALVA & QUINTA DE
VENTOZELO
DOCEREAL
EUCULTIVO
FLIPART - PUBLICIDADE E
ARTES GRÁFICAS
GINIA MARIQUINHAS
GOTIK GIN
MERCADONA

MONTE DA COLÓNIA

MOUCHÃO DO INGLÉS
OLIVITTA AZEITES DE VILA FLOR
PIROGOSTO
QUINTA DO CASAL BRANCO
QUINTA DO JUNCAL
SABORES DO CAMPO
SANTOS & SEIXO
SENSU
SERRAS DO ALENTEJO
TEAGI
TOMAR NATURAL
VERCOPE
VGT PORTUGAL
ZIDRA ROMÁ

**Serviço de
Aconselhamento
Agrícola e Florestal**

Beneficie deste serviço e informe-se!
Contacte-nos!

CAP
AGRICULTORES DE PORTUGAL

R. Mestre Lima de Freitas, nº1
1549-012 Lisboa
www.cap.pt
21 7100000

Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal

Financiado por
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2004-2006

2020

Financiado por
PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2004-2006